



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Tarcísio José Massote de Godoy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 4, abril 2007. 37 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

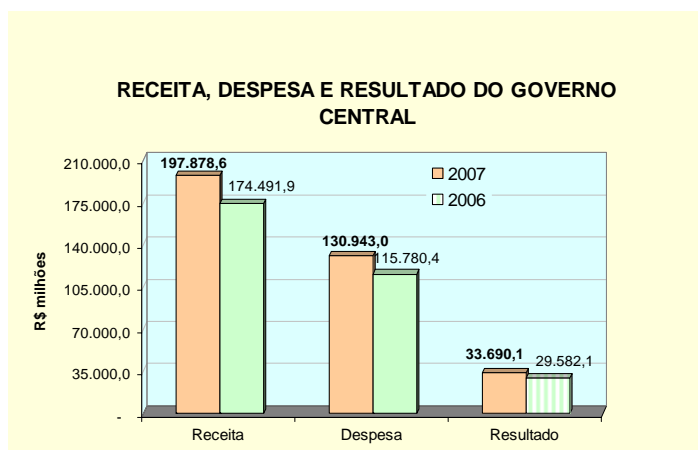
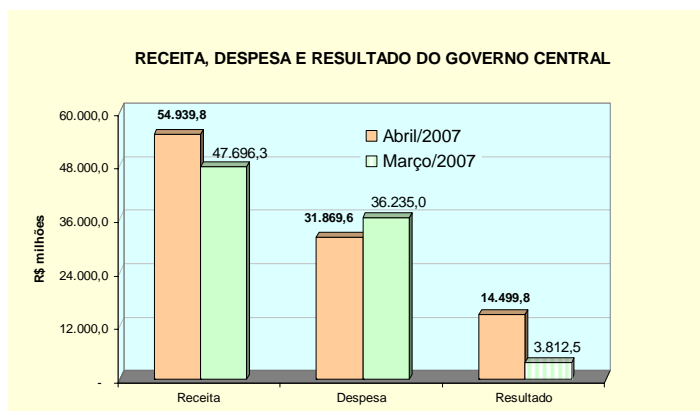
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Destaque

Em abril, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 14,5 bilhões, R\$ 10,5 bilhões superior ao mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 17,4 bilhões, contra R\$ 8,7 bilhões em março.

No ano, o resultado do Governo Central é 14,5% superior, em termos nominais, ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 33,9 bilhões contra R\$ 29,6 bilhões).



Sumário

Introdução, página 1

Receitas, página 4

Transferências, página 6

Despesas, página 6

Previdência, página 10

Dívida, página 13

Anexos, página 21

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em abril, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 14,5 bilhões, R\$ 10,5 bilhões superior ao mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 17,4 bilhões, contra R\$ 8,7 bilhões em março. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central, por sua vez, apresentaram déficit de R\$ 2,9 bilhões e R\$ 85,1 milhões respectivamente. Ressalte-se que o desempenho do Governo Central em abril não está associado apenas à elevação do resultado do Tesouro Nacional, mas também à redução do déficit no âmbito do RGPS. Assim, o resultado superavitário do mês é explicado pela associação de dois fatores: i) o comportamento sazonal da receita, especialmente do IRPF – devido ao pagamento da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2007 – e do IRPJ – devido ao pagamento da primeira cota ou cota única referente à apuração trimestral; e ii) o pagamento em março (sem contrapartida em abril) de sentenças judiciais associadas a benefícios da Previdência no valor de R\$ 2,1 bilhões. A arrecadação alcançou R\$ 44,2 bilhões em abril, valor R\$ 7,2 bilhões superior ao verificado em março. No que se refere às despesas do mês, observou-se redução com o montante despendido somando R\$ 31,9 bilhões ante R\$ 36,0 bilhões em março.

O resultado primário do Governo Central no primeiro quadrimestre de 2007 atingiu R\$ 33,9 bilhões, R\$ 4,3 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior e em linha com a meta estabelecida no decreto 6.076/2007.

DECRETO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA Nº 6.076 RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL				
BRASIL, 2007 (R\$ bilhões)				
	Meta 1º Q	Realizado 1º Q	Meta 2º Q	Meta 3º Q
Resultado	26,6	33,9	40,7	48,4
Tesouro (1)	41,0	47,9	69,3	94,7
Previdência	-14,4	-14,0	-28,6	-46,3
Memo: PPI	1,4	0,7	3,0	4,6

(1) Inclui resultado primário do Banco Central

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAR 2007	ABR 2007	JAN-ABR 2006	JAN-ABR 2007
I. RECEITA TOTAL	47.696,3	54.939,8	174.491,9	197.878,6
I.1. Receitas do Tesouro	37.026,6	44.231,0	138.021,8	156.394,7
I.1.1. Receita Bruta (1)	37.399,9	45.122,3	139.726,9	158.326,1
I.1.2. (-) Restituições	-373,3	-891,3	-1.705,1	-1.931,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.534,0	10.622,1	35.997,1	41.070,0
I.3. Receitas do Banco Central	135,6	86,8	473,1	413,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.648,8	8.570,4	29.129,5	33.245,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	40.047,5	46.369,5	145.362,5	164.633,1
IV. DESPESA TOTAL	36.043,5	31.869,6	115.780,4	130.754,0
IV.1. Despesas do Tesouro	20.650,2	18.211,0	66.796,5	75.027,6
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.768,9	8.394,8	33.278,8	37.216,1
IV.1.2. Custeio e Capital	10.816,9	9.787,5	33.329,7	37.650,3
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.154,1	1.103,1	3.384,2	3.929,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	457,9	383,2	3.007,4	1.523,9
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.049,5	1.057,3	3.434,1	4.205,9
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.155,5	7.243,9	23.503,9	27.991,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	64,4	28,8	188,0	161,3
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	15.225,4	13.486,7	48.504,1	55.117,6
IV.3. Despesas do Banco Central	167,9	171,9	479,8	608,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	4.003,9	14.499,8	29.582,1	33.879,1
V.1. Tesouro Nacional	8.727,6	17.449,6	42.095,8	48.121,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-4.691,4	-2.864,6	-12.507,0	-14.047,6
V.3. Banco Central (4)	-32,3	-85,1	-6,7	-195,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,11%	4,34%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2007/2006**

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	13,4%
Tesouro	13,3%
Previdência	14,1%
Transferências	14,1%
Receita Líquida	13,3%
Despesas	12,9%
Benefícios	13,6%
Pessoal	11,8%
Custeio e Capital	13,0%
PIB estimado	8,4%

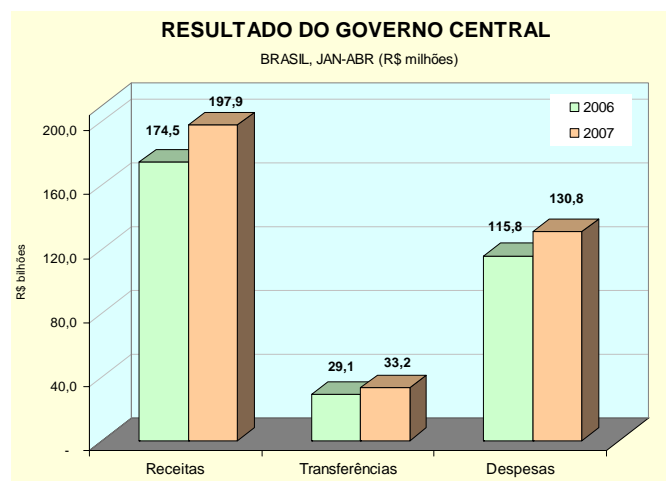
**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	5,85%	6,17%
Previdência Social	-1,74%	-1,80%
Banco Central	0,00%	-0,03%
Governo Central	4,11%	4,34%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	24,25%	25,37%
Transferências	4,05%	4,26%
Receita Líquida	20,20%	21,11%
Despesa Total	16,09%	16,77%
Resultado Primário	4,11%	4,34%

A arrecadação do Governo Central cresceu 13,4% em 2007, associada preponderantemente à maior lucratividade das empresas e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do imposto de renda e da CSLL.

No ano, o resultado do Governo Central é 14,5% superior, em termos nominais, ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 33,9 bilhões contra R\$ 29,6 bilhões), a despeito das medidas de desoneração tributária adotadas em 2006, com reflexos adicionais no exercício corrente, e ao início de 2007, sobretudo no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As receitas vêm crescendo não apenas em função do desempenho da economia e da evolução do nível de preços, mas também por conta do programa de parcelamento de débitos junto à SRF, PGFN e INSS adotado em 2006 (MP nº 303/2006). Com efeito, a receita total do Governo Central este ano cresceu 13,4%, ao passo que a expectativa de crescimento do PIB no quadrimestre, contra igual período de 2006, é de 8,4% em termos nominais. Todos os subgrupos da receita apresentaram elevação nominal com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (22,5%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; ii) IRPF (31,2%), devido à tributação sobre ganhos de capital e depósitos judiciais em volume superior ao do primeiro quadrimestre de 2006; e iii) IRPJ (19,8%) e CSLL (18,5%), devido à maior recuperação de débitos em atraso (depósitos administrativos e judiciais) e ao maior volume de pagamentos relativos à declaração de ajuste – especialmente por parte das instituições financeiras. Por fim, as demais receitas cresceram 9,9%, em grande medida devido ao maior recolhimento das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 7,4 bilhões em 2007, contra R\$ 5,5 bilhões no ano anterior).

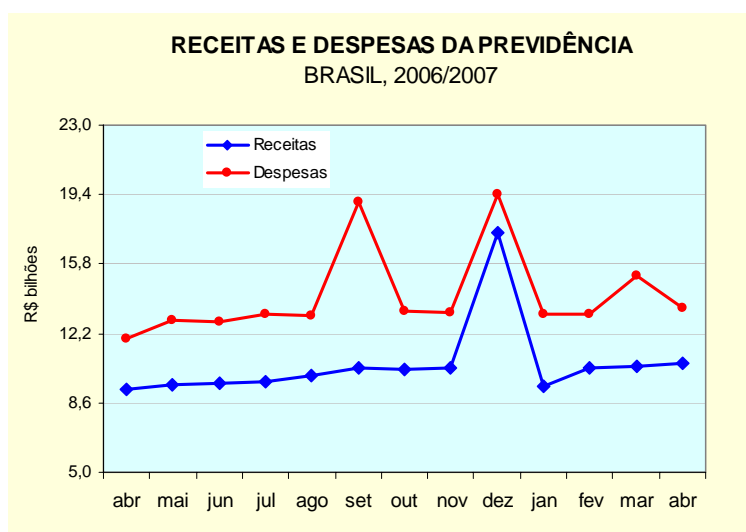


As transferências a estados e municípios cresceram 14,1% (R\$ 4,1 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita total do Governo Central. Destaque para o repasse de R\$ 978,9 milhões a título de auxílio financeiro aos estados e municípios, contra R\$ 447,2 milhões no primeiro quadrimestre de 2006. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresce-

ram 12,7% (R\$ 2,9 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (8,4%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,3% (R\$ 8,2 bilhões) em comparação ao primeiro quadrimestre de 2006. Houve elevação em todos os subgrupos, com destaque para aquelas vinculadas ao salário-mínimo, tais como LOAS/RMV (22,5%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (15,0%). Em percentual do PIB, tais despesas apresentaram crescimento de 0,06 e 0,03 ponto percentual, respectivamente. Por outro lado, as despesas com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos estão R\$ 1,5 bilhão inferiores, em função da capitalização da Emgea em 2006, sem correspondência este ano.

O aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais nos quatro primeiros meses do ano foi de 11,8% (R\$ 3,9 bilhões), em linha com o pagamento referente à reestruturação das carreiras dos Poderes.



O crescimento do déficit da Previdência Social relativamente à mesma base de comparação de 2006 deve-se em parte às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, R\$ 533,9 milhões (24,4%) superior ao desembolsado em igual período de 2006. No total, o crescimento das despesas com benefícios previdenciários atingiu 13,6%, passando de R\$ 48,5 bilhões até abril do ano passado para R\$ 55,1 bilhões este ano. Por outro lado, a arrecadação líquida aumentou 14,1%, especialmente devido à elevação da massa salarial (crescimento de 11,5%) que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento.

As despesas do Governo Central apresentaram elevação de 12,9%, havendo tendência de crescimento em todos os subgrupos. As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 12,3% e os benefícios previdenciários, 13,6%.

O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 14,0 bilhões até abril de 2007, R\$ 1,4 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior. Destaque para o pagamento de sentenças judiciais associadas a benefícios previdenciários, R\$ 533,9 milhões (24,4%) superior ao registrado em 2006.

Os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) do Tesouro Nacional apresentaram elevação nominal de 22,5%, de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,2 bilhões.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,00%	5,27%
Benefícios	6,74%	7,07%
Resultado Primário	-1,74%	-1,80%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/07	ABR/07
Impostos	16.662,8	19.256,3
Imposto de Renda	12.684,3	15.114,0
IPI	2.351,4	2.602,3
Outros	1.627,1	1.540,0
Contribuições	16.495,9	18.046,1
Cofins	7.397,6	8.200,9
CPMF	2.778,1	3.063,1
CSLL	2.930,4	3.239,2
Cide - Combustíveis	575,3	669,5
Outras	2.814,4	2.873,5
Demais	4.241,2	7.819,9
Cota parte	695,3	2.324,4
Diretamente Arrecadada	1.413,2	3.214,3
Dividendos da União	1.274,0	1.321,6
Outras	858,7	959,7
Total Bruto	37.399,9	45.122,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 45,1 bilhões em abril de 2007, contra R\$ 37,4 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 7,7 bilhões (20,6%) deveu-se ao aumento de R\$ 4,1 bilhões em impostos e contribuições sociais e R\$ 3,6 bilhões nas demais receitas do Tesouro Nacional.

No que se refere aos impostos e contribuições sociais, foram arrecadados R\$ 37,3 bilhões, resultado 12,5% maior ao observado no mês de março, R\$ 33,2 bilhões. Os principais fatores que afetaram positivamente o crescimento dessa receita foram: i) pagamento da primeira cota ou cota única do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) relativa à declaração de ajuste do ano base 2006, propiciando um aumento de R\$ 2,0 bilhões (319,8%) na arrecadação do imposto; ii) aumento de R\$ 803,2 milhões (10,9%) na arrecadação de Cofins, não obstante a redução observada no recolhimento dessa contribuição, no mês, pelas instituições do setor financeiro; e iii) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2007 elevando a arrecadação em R\$ 535,1 milhões (5,72%).

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 7,8 bilhões, representando aumento de R\$ 3,6 bilhões (84,4%) em relação ao mês anterior. Contribuíram para esse comportamento: i) o aumento de R\$ 1,6 bilhão (234,3%) na receita da cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e ii) elevação de R\$ 1,8 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas, superior em 127,4% com relação ao mês março, em decorrência do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

No primeiro quadrimestre, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,30% do PIB, dos quais 8,63% correspondem à arrecadação de impostos, 8,88% de contribuições e 2,79% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 18,6 bilhões (13,3%), quando comparado ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 139,7 bilhões para R\$ 158,3 bilhões. Esse aumento na arrecadação de tributos é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 4,2 bilhões (19,8%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 1,9 bilhão (18,5%) na arrecadação de CSLL em função da maior arrecadação relativa à Declaração de Ajuste, nos meses de janeiro a março, do maior vo-

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

lume de depósitos administrativos e judiciais, e da retomada do recolhimento regular por parte de empresas do setor financeiro;

- b) acréscimo de R\$ 2,6 bilhões (9,0%) na arrecadação da Cofins também fortemente influenciado pela retomada do recolhimento regular das entidades financeiras, uma vez que essas entidades estavam compensando o crédito tributário de períodos anteriores;
- c) elevação de R\$ 2,5 bilhões (12,7%) no IRRF devido ao crescimento de 17,6% no IRRF rendimentos do trabalho, 17,7% no IRRF remessas ao exterior e 23,2% no IRRF outros rendimentos. Contribuíram para esse desempenho o crescimento da massa salarial, o maior volume de remessas com juros e comissões em geral, a elevação na remuneração de serviços prestados por pessoas jurídicas e o recolhimento sobre prêmios obtidos em concursos e sorteios;
- d) elevação de R\$ 1,1 bilhão (13,0%) na arrecadação do IPI e de R\$ 668,4 milhões (22,5%) na arrecadação do imposto de importação explicados pela seguinte conjugação de fatores: i) elevação de 24,87% no valor em dólar das importações tributadas; ii) aumento de 3,35% na alíquota média efetiva do imposto de importação e de 12,0% na alíquota média efetiva do IPI vinculado em função de alterações na composição da cesta de produtos; e iii) redução de 4,23% na taxa média de câmbio; e
- e) acréscimo de R\$ 1,0 bilhão (31,2%) na arrecadação de IRPF, decorrente, principalmente, da arrecadação nos seguintes segmentos: i) ganho de capital na alienação de bens (explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias – DOI e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias – Dimob); ii) ganho líquido de operações em bolsa de valores; e iii) recolhimento efetuado através dos depósitos judiciais.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	8,00%	8,63%
Imposto de Renda	6,09%	6,60%
IPI	1,20%	1,25%
Outros	0,71%	0,78%
Contribuições	8,68%	8,88%
Cofins	4,01%	4,03%
CPMF	1,39%	1,47%
CSLL	1,42%	1,56%
Cide - Combustíveis	0,35%	0,33%
Outras	1,50%	1,50%
Demais	2,75%	2,79%
Cota parte	0,97%	0,82%
Diretamente Arrecadada	0,76%	0,95%
Dividendos da União	0,57%	0,52%
Outras	0,45%	0,50%
Total Bruto	19,42%	20,30%

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO		
BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	1.440,6	2.070,7
Banco do Brasil	1.164,5	584,4
CEF	600,2	304,0
BNDES	600,0	923,6
ECT	91,9	-
IRB	130,1	-
Serpro	-	29,4
BASA	-	9,0
FND	-	32,2
BNB	28,9	78,1
Demais	16,4	24,2
Total	4.072,6	4.055,6

Até abril de 2007, as demais receitas somaram R\$ 21,7 bilhões, contra R\$ 19,7 bilhões em idêntico período de 2006, apresentando aumento de 9,9%. Esse resultado foi decorrente, principalmente, do acréscimo de R\$ 1,9 bilhão na receita diretamente arrecadada. Dentro desse item, destacam-se: i) os recursos obtidos com as taxas que compõe o Fistel, que em 2007 recolheu R\$ 1,6 bilhão contra R\$ 1,4 bilhão em 2006; ii) os recursos provenientes da participação sobre o recolhimento do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículo automotores de via terrestre (DPVAT) que em 2007 arrecadou R\$ 824,7 milhões contra R\$ 615,7 milhões em igual período de 2006; e iii) elevação de R\$ 224,1 milhões, na arrecadação das empresas concessionárias de energia elétrica destinada ao MME a título de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, de acor-

do com a Lei nº 9.991/2000. Apesar de a Lei prever essa contribuição, ela só foi regulamentada com a Resolução Normativa Aneel nº 233/2006, a qual estabeleceu os critérios para seu cálculo, aplicação e recolhimento. Para o pagamento dos saldos devedores existentes até 31 de dezembro de 2006, foi estabelecida a data limite de 1º de março de 2007, o que justifica a arrecadação atípica verificada no período.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/07	ABR/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.707,8	7.076,5
CIDE-Combustíveis	-	434,5
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	975,0	-
Demais	965,9	1.059,4
Total	7.648,8	8.570,4

¹ Inclui auxílio financeiro

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,6 bilhões em abril contra R\$ 7,6 bilhões em março, correspondendo um acréscimo de 12,0%. Contribuíram positivamente para esse resultado, as transferências provenientes dos fundos constitucionais que superaram em R\$ 1,4 bilhão as realizadas no mês anterior, acompanhando o crescimento das receitas compartilhadas, em especial o Imposto de Renda e o IPI e a transferência trimestral da CIDE-combustíveis, no montante de R\$ 434,5 milhões.

Comparativamente ao primeiro quadrimestre de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 4,1 bilhões (14,1%), somando R\$ 33,2 bilhões até 2007. Como proporção do PIB atingiu 4,26% pontos percentuais, superior ao patamar observado no primeiro trimestre de 2006 (4,05% do PIB).

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	MAR/07	ABR/07
Terceiro Decênio	6.619,1	8.659,3
Primeiro Decênio	3.588,8	4.359,1
Segundo Decênio	2.287,4	2.500,4
Total	12.495,2	15.518,8

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 2,9 bilhões (12,7%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. No mesmo sentido, aumentaram as transferências com salário-educação (R\$ 232,5 milhões) e com o Fundeb (R\$ 314,1 milhões) em relação ao mesmo período de 2006.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,21%	3,34%
CIDE - Combustíveis	0,12%	0,12%
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	0,06%	0,13%
Demais	0,66%	0,68%
Total	4,05%	4,26%

¹ Inclui auxílio financeiro

Com relação às transferências relativas à desoneração das exportações, foram transferidos R\$ 978,9 milhões contra R\$ 447,2 milhões em igual período de 2006, um aumento de 118,9% decorrente da transferência de R\$ 975 milhões previstos na MP nº 355/2007. De acordo com a MP nº 368/2007 a União deverá transferir mais R\$ 975,0 milhões no decorrer do ano de 2007, sendo que a primeira parcela de R\$ 108,3 milhões terá efeito na apuração do mês de maio. O saldo restante deverá ser entregue em oito parcelas iguais no decorrer do período previsto.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em abril, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 18,2 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 2,4 bilhões (11,8%). A redução concentrou-se nas despesas de pessoal e encargos sociais (R\$ 1,4 bilhão) e custeio e capital,

(R\$ 1,0 bilhão) explicada, principalmente, pela não ocorrência de pagamento significativo de precatórios e sentenças judiciais em abril, ao contrário do mês anterior, que registrou dispêndios de R\$ 1,3 bilhão (pessoal) e R\$ 1,0 bilhão (custeio).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 9,8 bilhões, redução de R\$ 1.0 bilhão (9,5%), dos quais R\$ 911,6 milhões em outras despesas de custeio e capital, R\$ 74,6 milhões relativos a despesas de subsídios e subvenções econômicas e R\$ 51,0 milhões nos gastos do FAT.

A redução nos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas decorreu, principalmente, da variação nos gastos com preços agrícolas, especificamente o Programa de Sustentação de Preços (R\$ 120,0 milhões) e pelo resultado líquido – desembolsos menos recebimentos – do Programa de Financiamento à Exportação - Proex (R\$ 139,8 milhões). Por outro lado, registrou-se aumento das despesas de subvenções aos Fundos Regionais, R\$ 64,6 milhões (65,5%).

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 7,2 bilhões em abril, contra R\$ 8,2 bilhões no mês anterior. Houve redução de R\$ 1,0 bilhão nos gastos com sentenças judiciais, R\$ 79,9 milhões em créditos extraordinários, R\$ 33,2 milhões com o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário e de R\$ 17,8 milhões no Projeto Piloto de Investimento Público (PPI). Por outro lado, em outras despesas obrigatórias registrou-se o desembolso de R\$ 52,7 milhões com os Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE).

As despesas discricionárias apresentaram aumento de R\$ 167,1 milhões (2,7%), concentradas principalmente nos Ministérios dos Transportes (R\$ 180,7 milhões), Saúde (R\$ 156,8 milhões), Trabalho e Emprego (R\$ 136,2 milhões), além de aumentos menos expressivos em outros ministérios. Por outro lado, reduziram-se essas despesas nos Ministérios da Educação (R\$ 83,9 milhões), Relações Exteriores (R\$ 42,5 milhões) e Desenvolvimento Agrário (R\$37,8 milhões).

No primeiro quadrimestre de 2007, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,62% do PIB, contra 9,28% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 8,2 bilhões (12,3%) em relação a 2006, acima do crescimento do PIB nominal no período (8,38%). Destacam-se os incrementos de R\$ 3,9 bilhões (11,8%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 4,3 bilhões (13,0%) nas despesas de custeio e capital.

DESAPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/07	ABR/07
Pessoal e Encargos	9.768,9	8.394,8
Custeio e Capital	10.816,9	9.787,5
Despesas do FAT	1.154,1	1.103,1
Subsídios e Subvenções ¹	457,9	383,2
LOAS/RMV	1049,5	1057,3
Outras	8.155,5	7.243,9
Transferência ao Bacen	64,4	28,8

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESAPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/07	ABR/07
Sentenças Judiciais	1.043,4	17,7
Legislativo/Judiciário	421,6	388,4
Crédito Extraordinário	361,8	281,9
Projeto Piloto de Investimento ²	208,3	190,4
Outras Obrigatórias ³	25,4	103,3
Discricionárias ²	6.095,1	6.262,2
d/q Min. dos Transportes	88,8	269,6
Min. da Saúde	2.798,0	2.954,8
Min. do Trabalho e Emprego	36,7	172,9
Min. da Agricultura	55,9	101,1
Min. do Des. Ind. e Comércio	7,8	49,6
Min. do Orçamento e Gestão	23,0	56,6
Min. do Des. Agrário	246,3	208,5
Min. das Relações Exteriores	76,6	34,0
Min. da Educação	575,2	491,3
Demais	2.186,8	1.923,7
Total	8.155,5	7.243,9

¹ Inclui dotações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.
³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4,62%	4,77%
Custeio e Capital	4,63%	4,83%
Despesas do FAT	0,47%	0,50%
Subsídios e Subvenções ¹	0,42%	0,20%
LOAS/RMV	0,48%	0,54%
Outras	3,27%	3,59%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,02%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,62% do PIB em 2006, para 4,77% do PIB, em 2007. Os gastos no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público tiveram aumento nominal de 3%. Registra-se a expressiva redução de R\$ 594,3 milhões, 29,6% em relação ao mesmo período de 2006, em despesas de precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal. O aumento observado nos dispêndios do Poder Executivo (R\$ 3,7 bilhões), 14,8% em relação ao ano anterior, decorreu em grande medida, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares. Apesar disso, a participação da despesa de pessoal e encargos sociais em relação às do Tesouro Nacional reduziu-se em 0,4%.

Os gastos com custeio e capital, por sua vez, passaram de 4,63% do PIB em 2006 para 4,83% do PIB em 2007, o que representou aumento de R\$ 4,3 bilhões, concentrado na categoria de outras despesas de custeio e capital que teve variação de 19,1% (R\$ 4,5 bilhões), e nos dispêndios com o FAT de 16,1% (R\$ 545,3 milhões). Como contraponto, reduziram-se os desembolsos com o reordenamento de passivo no período em R\$ 1,5 bilhão, e nas subvenções aos Fundos Regionais em R\$ 431,2 milhões.

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 22,5% em 2007. A média dos benefícios emitidos no primeiro quadrimestre é 8%, inferior à média de igual período do ano anterior.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2007						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-abr/01	1.237.700	-	417.719	-	819.980	-
média jan-abr/02	1.376.243	11%	491.760	18%	884.483	8%
média jan-abr/03	1.586.011	15%	600.342	22%	985.668	11%
média jan-abr/04	1.770.314	12%	724.351	21%	1.045.963	6%
média jan-abr/05	2.102.443	19%	959.340	32%	1.143.103	9%
média jan-abr/06	2.323.911	11%	1.092.004	14%	1.231.908	8%
média jan-abr/07	2.507.671	8%	1.201.527	10%	1.306.144	6%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 771,8 milhões (22,5%) em relação ao acumulado até abril de 2006. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário-mínimo em 2006 e 2007 (16,67% e 8,57%, respectivamente) e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8% no primeiro quadrimestre de 2007, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Do total de benefícios pagos, 1,2 milhão foi destinado aos idosos e 1,3 milhão aos portadores de deficiência.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 1,5 bilhão no primeiro quadrimestre de 2007, contra despesa de R\$ 3,0 bilhões no mesmo período de 2006, decréscimo explicado pe-

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	861,7	1.088,0
Legislativo/Judiciário	1.354,8	1.358,7
Crédito Extraordinário	457,4	1.389,3
Projeto Piloto de Investimento ³	473,8	695,3
Outras Obrigatórias ²	116,4	233,2
Discricionárias ²	20.239,8	23.026,5
dir. Min. da Saúde	10.347,1	11.654,7
Min. do Des. Social	2.463,1	2.979,4
Min. do Des. Agrário	213,0	573,6
Min. da Defesa	857,0	1.183,7
Min. da Educação	1.952,0	2.155,1
Min. da Ciência e Tecnologia	501,8	691,7
Gab. da Presidência	227,5	174,1
Min. das Relações Exteriores	294,2	211,7
Min. da Integração Nacional	319,1	203,8
Demais	3.065,0	3.198,8
Total	23.503,9	27.991,1

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

³ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).

los gastos referentes à capitalização da Emgea nos primeiros meses de 2006 em R\$ 1,5 bilhão, despesa que não se repetiu em 2007.

Observou-se também redução de subsídios aos fundos regionais refletindo a observância de regras de provisionamento a partir da edição da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005. De fato, no primeiro quadrimestre de 2006, as subvenções totalizaram R\$ 981,7 milhões frente a R\$ 550,5 milhões até abril de 2007.

No âmbito dos subsídios e subvenções econômicas, verificou-se queda de R\$ 1,1 bilhão relativamente ao primeiro quadrimestre do ano anterior, com destaque para a redução das despesas de equalização no Programa de Investimento Rural (R\$ 295,5 milhões), do Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa (R\$ 78,8 milhões) e do Programa de Aquisição do Governo Federal (R\$ 62,7 milhões). Por outro lado, registrou-se no período aumento nas despesas do Programa de Sustentação de Preços (R\$ 316,2 milhões), no Programa Nacional de Agricultura Familiar (R\$ 273,8 milhões), e nas despesas de equalização do Custeio Agrícola (R\$ 234,1 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve incremento de R\$ 4,5 bilhões (19,1%) em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior. As despesas com sentenças judiciais aumentaram em R\$ 226,2 milhões (26,3%) em relação ao ano passado. Ocorreu também elevação de R\$ 931,9 milhões (203,7%) com execução de despesas por conta de créditos extraordinários. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) foram de R\$ 695,3 milhões em contrapartida a R\$ 568,8 milhões do ano anterior, variação de 22,2%, sendo que o valor passível de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO/2006) totalizou R\$ 680,7 milhões. Desse montante, R\$ 548,9 milhões se referem a projetos do PAC, como Adequação e Recuperação de Rodovias, Ferrovias, Portos e Transporte Urbano.

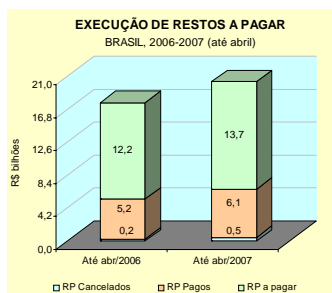
As despesas discricionárias cresceram R\$ 2,8 bilhões (13,8%), dos quais R\$ 269,2 milhões (12,4%) referentes ao Fundo de Combate à Pobreza, R\$ 311,9 milhões com emissão de TDA e R\$ 2,2 bilhões (12,4%) com outros gastos. Esse acréscimo foi principalmente em despesa dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,3 bilhão) e do Desenvolvimento Social (R\$ 516,3 milhões). Houve também crescimento menos expressivo nos Ministérios da Defesa (R\$ 326,7 milhões), Desenvolvimento Agrário, (R\$ 360,6 milhões), Educação (R\$ 203,1 milhões) e Ciência e Tecnologia R\$ 189,9 milhões. Outros ministérios compensaram esse dinamismo reduzindo tais despesas, como o Ministério de Integração Nacional (R\$ 115,3 milhões), Relações Exteriores (R\$ 82,5 milhões) e o Gabinete da Presidência da República (R\$ 53,4 milhões).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	779,3	1.196,0
Custeio Agropecuário	59,8	293,9
Investimento Rural	300,5	5,1
Preços Agrícolas	291,2	545,0
- EGF	1,3	1,6
- AGF	11,7	-51,1
- Sustentação de preços	278,3	594,5
Pronaf	-87,3	186,5
Pesa	131,3	52,6
Cacau	0,6	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	83,1	112,9
FUNCAFÉ	0,0	0,0
Outros	-236,1	-222,6
Habitação (PSH)	6,4	0,0
FND	-187,7	-210,1
Exportação (Proex)	-54,8	-12,5
Total	543,3	973,4

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção

² Dados revisados

Foram pagos, até abril, 29,6% do total de restos a pagar (RP) inscritos.



Com relação à execução de restos a pagar (RP) no primeiro quadrimestre do ano, abrangência do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, o montante pago correspondeu a R\$ 6,1 bilhões, equivalentes a 30,9% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até abril, R\$ 2,7 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando execução de 20,2% do total de RP no ano, concentrados, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 827,3 milhões), da Saúde (R\$ 523,6 milhões) e da Educação (R\$ 342,6 milhões).

Previdência Social

METAS DO DECRETO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA Nº 6.076
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2007

	Meta 1º Q	Realizado 1º Q	Meta 2º Q	Meta 3º Q
Resultado	-14,4	-14,0	-28,6	-46,3
Arrecadação Líquida	41,0	41,1	84,2	136,8
Benefícios	55,4	55,1	112,9	183,1

Em abril, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,9 bilhões, inferior em R\$ 1,8 bilhão ao registrado em março (diminuição de 38,9%). Essa redução do déficit primário se explica essencialmente por um fator conjuntural: o pagamento, em março, de R\$ 2,1 bilhões em precatórios referentes a benefícios previdenciários, frente a R\$ 243,4 milhões em despesas da mesma natureza efetuadas no mês de abril. Nos quatro primeiros meses do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 14,0 bilhões, contra R\$ 12,5 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 12,3%).

Em abril, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,9 bilhões. No quadrimestre, o déficit atingiu R\$ 14,0 bilhões, equivalente a 1,80% do PIB do período.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAR	ABR	JAN-ABR	
	2007	2007	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	10.534,0	10.622,1	35.997,1	41.070,0
Arrecadação Bruta	11.650,7	11.710,7	39.508,6	45.617,3
- Contribuição Previdenciária	10.623,8	10.779,3	36.369,1	41.935,6
- Simples	609,9	711,7	2.225,9	2.689,0
- CFT	67,1	69,2	216,3	228,1
- Depósitos Judiciais	308,9	107,1	531,4	583,2
- Refis	19,5	22,0	98,4	87,4
- Outras Receitas	21,5	21,4	67,5	94,1
(-) Restituição/Devolução	-58,0	-32,3	-116,1	-146,8
(-) Transferências a Terceiros	-1.058,7	-1.056,4	-3.395,4	-4.400,5
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	15.225,4	13.486,7	48.504,1	55.117,6
Benefícios Previdenciários	15.225,4	13.486,7	48.504,1	55.117,6
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-4.691,4	-2.864,6	-12.507,0	-14.047,6
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,74%	-1,80%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	35.997,1	41.070,0	14,1%
Benefícios	48.504,1	55.117,6	13,6%
Resultado Primário	-12.507,0	-14.047,6	12,3%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 10,6 bilhões em abril, representando elevação de R\$ 88,1 milhões (0,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 5,1 bilhões (14,1%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições do Simples e das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 36,4 bilhões

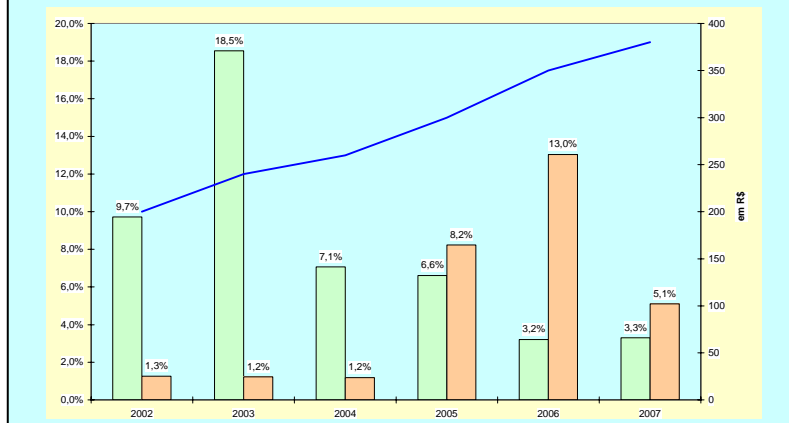
para 41,9 bilhões (elevação de 15,3%), explicada principalmente pela elevação da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a abril de 2007 foi 11,5% superior à verificada no período correspondente de 2006.

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram, em abril, queda de R\$ 1,7 bilhão (11,4%) com relação ao mês anterior. Esse decréscimo é explicado essencialmente pelas despesas com precatórios judiciais, que totalizaram R\$ 243,4 milhões em abril contra R\$ 2,1 bilhões em março. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 6,6 bilhões (13,6%), atingindo o montante de R\$ 55,1 bilhões.

Boxe 1 – Reajuste dos benefícios previdenciários

A MP nº 362, de 29 de março de 2007, alterou o valor do salário mínimo de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 a partir de 1º de abril. Isso representa uma recomposição real do salário mínimo de 5,11%, considerando-se a variação do INPC de abril de 2006 a março de 2007. Pela Portaria MPS n.º 142, de 11 de abril de 2007, a Previdência Social reajustou os benefícios com valores superiores ao mínimo em 3,30% a partir de 1º de abril de 2006. A mesma Portaria estabeleceu o limite máximo do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício em R\$ 2.894,28. Os efeitos dos reajustes do salário-mínimo e dos demais benefícios impactam o caixa do Tesouro Nacional a partir de maio. Ambos foram contemplados nas projeções do Decreto nº 6.076, de 10 de abril de 2007, onde se estima déficit do RGPS da ordem de R\$ 46 bilhões.

O gráfico a seguir apresenta o valor do salário mínimo vigente, o INPC acumulado no período e o ganho real resultante nos anos de 2002 a 2007.



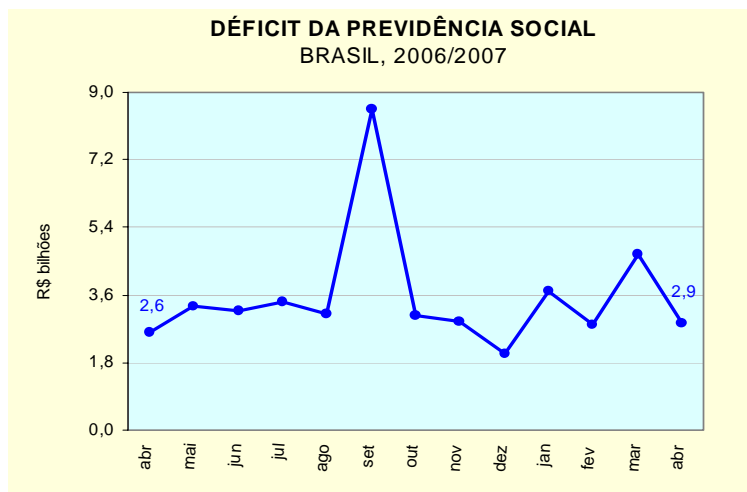
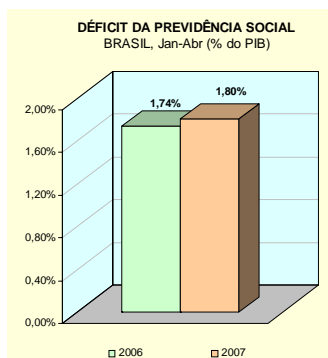
No estoque de benefícios do primeiro quadrimestre de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 359,5 mil aposentadorias (2,7%) e de 135,1 mil pensões por morte (2,3%) e de 50,9 mil benefícios de auxílio-doença (3,5%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

	Em mil benefícios				
	ABR		MAR	JAN-ABR	
	2006	2007	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	21.046	21.638	21.750	21.103	21.648
Previdenciários	20.317	20.911	21.018	20.362	20.919
Aposentadorias	13.187	13.501	13.540	13.139	13.496
Idade	6.751	6.951	6.975	6.724	6.947
Invalidez	2.709	2.737	2.737	2.699	2.738
Tempo de contribuição	3.727	3.813	3.828	3.717	3.811
Pensão por morte	5.828	5.948	5.965	5.809	5.945
Auxílio-Doença	1.231	1.391	1.436	1.342	1.406
Salário - maternidade	38	35	41	38	37
Outros	34	35	36	33	35
Acidentários	729	727	733	742	729
Aposentadorias	145	147	147	145	147
Pensão por morte	130	129	129	130	129
Auxílio - doença	97	96	101	110	97
Auxílio - acidente	268	270	270	268	270
Auxílio - suplementar	88	85	85	89	85

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,00%	5,27%
Benefícios	6,74%	7,07%
Resultado Primário	-1,74%	-1,80%

Como resultado do desequilíbrio entre despesa e receita, o déficit primário do RGPS no ano totalizou R\$ 14,0 bilhões, equivalentes a 1,80% do PIB do período e 12,3% superior ao déficit registrado nos quatro primeiros meses de 2006 (R\$ 12,5 bilhões, correspondentes a 1,74% do PIB).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 638,1 bilhões, superando em R\$ 7,0 bilhões o saldo observado no mês anterior, ou 0,1 ponto percentual do PIB. A Dívida Interna Líquida elevou-se em R\$ 8,1 bilhões, associado à apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi. Por outro lado, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 1,0 bilhão, explicada basicamente pela apreciação cambial ocorrida no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	377.512	498.848	506.898
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.002.197	1.151.278	1.161.265
Dívida Contratual da STN	-454.196	-462.126	-463.170
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-170.489	-190.305	-191.198
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	135.714	132.276	131.250
Dívida Mobiliária em Poder do Público	108.178	104.049	103.574
Títulos Depositados em Garantia	0	0	0
Dívida Contratual	27.856	28.506	27.961
Disponibilidades	-320	-280	-285
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	513.225	631.124	638.147
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,4%	26,7%	26,8%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 638,1 bilhões, o equivalente a 26,8% do PIB acumulado em doze meses.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de abril com saldo de R\$ 506,9 bilhões, superior ao de março em R\$ 8,1 bilhões, aumento esse equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB. Não obstante os resgates líquidos de títulos no mês, no valor de R\$ 1,8 bilhão, a dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 10,0 bilhões, decorrente da apropriação por competência dos juros nominais.

Por sua vez, os haveres contratuais líquidos aumentaram R\$ 1,9 bilhão, com destaque para o crescimento do saldo da arrecadação a recolher, em R\$ 2,0 bilhões, dos haveres no âmbito do FAT, em R\$ 426,4 milhões e dos fundos regionais, em R\$ 471,2 milhões.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	ABR	MAR	ABR
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	377.512	498.848	506.898
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.002.197	1.151.278	1.161.265
LFT	453.762	410.836	419.905
LTN	262.579	349.062	328.272
NTN-B	147.028	184.053	196.655
NTN-C	64.137	66.658	64.228
NTN-D	3.637	1.232	1.237
NTN-F	14.997	79.997	92.088
Demais	34.723	33.647	33.188
Dívida Securitizada	17.936	21.452	21.247
TDA	3.398	4.341	4.446
DÍVIDA CONTRATUAL	-624.685	-652.431	-654.368
<i>Tesouro Nacional</i>	-454.196	-462.126	-463.170
Dívida Bancária	24.539	23.593	23.506
Lei nº 7.976/89	-5.130	-2.904	-2.872
Lei nº 8.727/93	-47.401	-46.155	-46.040
Lei nº 9.496/97	-253.340	-268.875	-268.897
Renegociação Dívidas Municipais	-38.793	-41.423	-41.588
Demais Haveres da STN	-134.072	-126.362	-127.279
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-170.489	-190.305	-191.198
FAT	-122.474	-133.970	-134.397
Demais Entidades	-48.015	-56.334	-56.801
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,6%	48,7%	48,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-28,4%	-27,6%	-27,5%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-20,7%	-19,5%	-19,4%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	17,2%	21,1%	21,3%

A Dívida Interna Líquida encerrou o mês de abril em R\$ 506,9 bilhões, o equivalente a 21,3% do PIB.

Emissões e Resgates

Em abril, os resgates líquidos da DPMFi totalizaram R\$ 1,8 bilhão, com destaque para as LTN e as NTN-C.

Em abril, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 53,1 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 54,8 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 1,8 bilhão.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 52,7 bilhões, sendo: i) R\$ 19,4 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro, abril e julho de 2008 e julho de 2009; ii) R\$ 13,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em novembro de 2009, maio de 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2024; iii) R\$ 10,9 bilhões em NTN-F, com vencimentos em julho de 2010 e janeiro de 2012 e 2017; e iv) R\$ 9,0 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2010 e março de 2012.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 306,8 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 137,7 milhões em títulos da dívida agrária para fins de indenização de desapropriação para a reforma agrária; ii) R\$ 80,8 milhões em CFT-EI para o Fies; iii) R\$ 77,4 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS – séries A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; e iv) R\$ 10,9 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, ABR/2007

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	52.677,9	306,8	83,0	53.067,7
LFT	8.969,8	0,0	8,3	8.978,1
LTN	19.355,4	0,0	37,0	19.392,4
NTN-B	13.405,3	0,0	23,1	13.428,4
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	10.947,4	0,0	14,6	10.962,0
TDA	0,0	137,7	0,0	137,7
Securitizada*	0,0	77,4	0,0	77,4
Demais	0,0	91,6	0,0	91,6
II. RESGATES**	50.763,3	3.992,5	65,7	54.821,4
LFT	2.939,5	947,9	5,5	3.892,9
LTN	43.581,7	0,0	49,7	43.631,4
NTN-B	2.980,4	0,0	6,3	2.986,6
NTN-C	1.261,7	1.819,2	2,4	3.083,2
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	1,8	1,8
TDA	0,0	43,9	0,0	43,9
Securitizada*	0,0	412,0	0,0	412,0
Demais	0,0	769,6	0,0	769,6
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	1.914,6	-3.685,7	17,3	-1.753,8

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

No mês, os resgates líquidos das LTN e NTN-C perfizeram R\$ 24,2 bilhões e R\$ 3,1 bilhões, respectivamente.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 83,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 37,0 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro e julho de 2009; ii) R\$ 23,1 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008, 2010 e 2024 e maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045; iii) R\$ 14,6 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 8,3 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em abril atingiu R\$ 54,8 bilhões, sendo R\$ 40,8 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 14,0 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 5,8 bilhões em LTN, aceitas no leilão de troca desse título; ii) R\$ 2,4 bilhões em LFT, aceitas no leilão de troca desse título; iii) R\$ 3,0 bilhões em NTN-B, R\$ 2,1 bilhões de NTN-C, R\$ 459,3 milhões em LFT e R\$ 565,3 mil em LFT-A, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; e iv) R\$ 304,0 milhões em títulos da dívida securitizada CVSB, aceitos em pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em abril, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 83,0 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 44,6% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 27,8% e pela NTN-F, com 17,6%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2007 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 305,2 milhões e 9.958 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.264 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que o número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 83.156 pessoas, apresentando aumento de 43,6% em relação ao número de investidores acumulados até abril de 2006.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução de 1,07 ponto percentual na participação de títulos prefixados, devido ao resgate líquido de LTN, no valor de R\$ 24,2 bilhões. A emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 10,4 bilhões, contribuiu para o aumento da participação de títulos remunerados por índices de preços em 0,68 ponto percentual, não obstante os resgates líquidos de NTN-C. As LFT elevaram-se em 0,45 ponto percentual, em função das emissões líquidas em R\$ 5,1 bilhões.

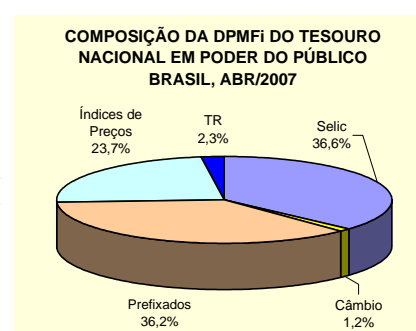
Os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi reduzida em 1,07 ponto percentual, enquanto os papéis remunerados por índices de preços e pela taxa Selic elevaram-se em 0,68 e 0,45 ponto percentual, respectivamente.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2006/2007

INDEXADOR	2006			2007	
				ABR	ABR
	ABR	MAR	ABR		
Selic	46,06	36,19	36,64		
Câmbio	1,63	1,19	1,15		
Prefixados	27,74	37,31	36,24		
Índices de Preços	22,47	22,98	23,66		
TR	2,10	2,33	2,31		

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se de 13,02% a.a., em março, para 12,86% a.a., em abril, em virtude das menores variações da Selic (0,94%, em abril, contra 1,05%, em março), do IPCA (0,25%, em abril, contra 0,37, em março) e do IGP-M (0,04%, em abril, contra 0,34% em março), apesar do aumento do custo da NTN-D decorrente da menor apreciação do real frente ao dólar americano (0,80%, em abril, contra 3,20%, em março). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou redução, passando de 13,63% a.a., em março, para 13,08% a.a., em abril.

O custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 13,02% a.a. em março para 12,86% a.a. em abril.

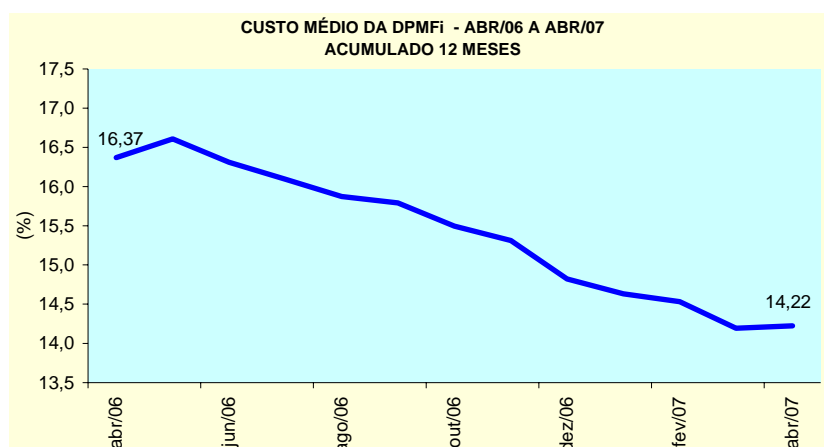
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

PERÍODO	2006		2007	
	ABR	MAR	ABR	MAR
	15,14	13,97	14,44	13,02
	15,30	17,33	14,14	13,63
	14,88	13,27	14,50	14,01
	14,91	14,90	14,60	14,86
	14,50	14,01	14,90	14,50
	14,60	14,86	14,89	14,98
	14,90	14,50	14,55	14,19
	14,90	14,50	14,44	14,21
	14,90	14,50	14,14	13,99
	14,90	14,50	13,63	13,02
	14,90	14,50	13,08	12,86

(% anual)

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi aumentou, passando de 14,19% a.a., em março, para 14,22% a.a., em abril, em virtude da menor apreciação do real frente ao dólar americano (0,80%, em abril de 2007, contra 3,83%, no mesmo mês do ano anterior) e das maiores variações do IPCA e do IGP-M (0,25% e 0,04%, em abril de 2007, contra 0,21% e -0,42%, no mesmo mês do ano anterior, respectivamente). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista que este indicador reduz a influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 14,22% a.a., mantendo-se praticamente no mesmo patamar que no mês anterior.

Em abril, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,81 mês, passando de 31,88 meses para 32,69 meses. Contribuíram para essa elevação: i) os resgates líquidos de LTN e NTN-C, no valor de R\$ 24,2 bilhões e R\$ 3,1 bilhões, respectivamente, com prazos médios inferiores ao de estoque, o que resultou no aumento de 0,86 mês e 2,06 meses nos prazos médios desses títulos; e ii) a emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 10,4 bilhões, com prazo médio superior ao de seu estoque, o que elevou o prazo médio desses títulos em 0,50 mês. A vida média da DPMFi também apresentou aumento, ao passar de 47,62 meses, em março, para 48,99 meses, em abril.

Prazo Médio

Em comparação a março, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,81 mês.

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007

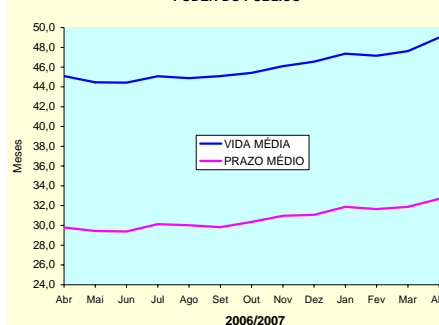
TÍTULOS	2006		2007
	ABR	MAR	ABR
LFT	18,01	22,92	22,54
LTN	10,69	9,69	10,55
NTN-B	58,81	58,02	58,51
NTN-C	80,41	81,14	83,20
NTN-D	11,33	14,77	13,74
TDA	61,15	58,65	57,76
Dívida Securitizada*	85,29	86,58	85,69
Demais	77,09	53,23	51,51
TOTAL	29,79	31,88	32,69

(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2005/2006**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2006	Abr	45,09	24,83
	Mai	44,46	24,44
	Jun	44,43	24,55
	Jul	45,07	25,27
	Ago	44,89	25,22
	Set	45,10	25,11
	Out	45,42	25,76
	Nov	46,11	26,56
	Dez	46,55	26,72
	Jan	47,35	27,64
	Fev	47,16	27,42
	Mar	47,62	27,75
Abr	48,99	28,72	

 (1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
 (2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
 (3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO


Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril de 2007 com saldo de R\$ 131,2 bilhões, o que representou redução de 0,78% em relação ao saldo de março. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou acréscimo de 0,03%, alcançando US\$ 64,5 bilhões. Apesar da reabertura do Global 2017, no valor de US\$ 525 milhões (ver boxe 3 para mais detalhes), contribuíram para a redução do estoque da dívida externa o vencimento do bônus Samurai 2007, bem como o elevado volume de pagamento de cupom de juros no mês de abril.

**TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO¹
BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 ABR	2007 MAR	2007 ABR
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	108.178	104.049	103.574
Bônus de Renegociação	485	413	409
Bônus de Captação	107.692	103.637	103.165
II. DÍVIDA CONTRATUAL	27.856	28.506	27.961
Organismos Multilaterais	20.033	23.330	23.139
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.394	5.177	4.822
Clube de Paris	1.429	0	0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	136.033	132.556	131.535
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-320	-280	-285
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	135.714	132.276	131.250
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,2%	5,6%	5,5%

¹ Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

Em abril, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 131,2 bilhões, o equivalente a 5,5% do PIB.

O serviço da DPFe, em abril, totalizou R\$ 2,6 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 1,5 bilhão ao pagamento de principal. Vale destacar o resgate integral do Samurai 2007, no valor total de R\$ 1,1 bilhão.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, ABR/2007

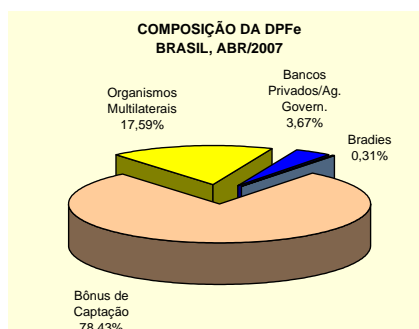
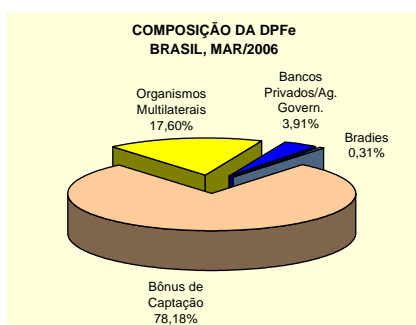
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.493,7	1.094,9	2.588,6
I.1. Organismos Multilaterais	119,5	132,3	251,8
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	310,6	103,6	414,3
I.3. Dívida Mobiliária	1.063,6	858,9	1.922,5
Global 2008	0,0	94,5	94,5
Global 2009	0,0	148,5	148,5
Global 2010	0,0	140,9	140,9
Global 2019	0,0	131,5	131,5
Global 2024	0,0	250,3	250,3
Global 2017 (reabertura)	0,0	3,2	3,2
Marco Alemão 2008	0,0	63,6	63,6
Samurai 2007	1.063,6	26,4	1.090,0

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,6 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, houve discreto aumento da participação dos Bônus de Captação, de 78,18% para 78,43% e redução da participação da Dívida Contratual, de 3,91% para 3,67%.

Composição



Em relação ao mês anterior, os bônus de captação aumentaram 0,2 ponto percentual.

O prazo médio da dívida externa mobiliária, em abril, foi de 6,29 anos, contra 6,25 anos em março. Os principais fatores para este aumento foram a reabertura do bônus Global 2017 e o vencimento do bônus Samurai 2007. A vida média também apresentou ligeira elevação, ao passar de 14,16 anos, em março, para 14,21 anos, em abril. O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa em abril alcançou 9,72% a.a., contra 6,96% a.a. no mês anterior, em virtude da menor apreciação cambial ocorrida em abril.

Custo e Prazo Médios

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
EXTERNA
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007	
	ABR	MAR	ABR	ABR
PRAZO MÉDIO (1)	5,99	6,25	6,29	6,29
Bônus de Renegociação	3,42	3,12	3,04	3,04
Bônus de Captação	6,00	6,26	6,31	6,31
Globais	6,60	6,77	6,76	6,76
Euros	3,50	3,62	3,58	3,58
Reais	5,68	6,83	6,74	6,74
Demais	1,02	0,13	0,25	0,25
VIDA MÉDIA (2)	13,76	14,16	14,21	14,21
Bônus de Renegociação	7,37	6,46	6,37	6,37
Bônus de Captação	13,79	14,19	14,24	14,24
Globais	15,80	16,12	16,02	16,02
Euros	4,91	4,82	4,50	4,50
Reais		13,94	13,85	13,85
Demais	1,19	0,47	0,25	0,25
CUSTO MÉDIO (3)	(8,46)	6,96	9,72	9,72
Bônus de Renegociação	(12,86)	(0,05)	3,15	3,15
Bônus de Captação	(8,00)	6,99	9,75	9,75
Globais	(8,19)	4,37	7,71	7,71
Euros	(11,42)	13,60	15,07	15,07
Reais	-	12,82	12,87	12,87
Demais	(18,64)	5,34	6,50	6,50

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em abril, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,29 anos. O custo médio, por sua vez, elevou-se para 9,72% a.a.

Boxe 3 – Brasil reabre bônus de 10 anos no mercado externo

O Tesouro Nacional realizou, no dia 3 de abril, a reabertura do bônus denominado Global 2017, no valor de US\$ 525 milhões. Quando somado ao US\$ 1,5 bilhão vendido na primeira emissão do bônus, em 7 de novembro de 2006, o total em mercado deste título chega a US\$ 2,025 bilhões. A emissão, liderada pelos bancos Morgan Stanley e Merrill Lynch e que teve os bancos BB Securities e Itaú Europa como *co-managers*, foi realizada ao preço de 100,796% do seu valor de face, resultando em *yield* de 5,888% a.a.. O investidor receberá cupom de juros de 6,00% a.a., pagos semestralmente nos dias 17 de janeiro e 17 de julho de cada ano até o seu vencimento. O spread da operação foi de 122 pontos-base acima do *Treasury* (título do Tesouro americano) com vencimento em 2017, valor inferior aos 159 pontos-base da emissão original.

A emissão segue as diretrizes do Plano Anual de Financiamento (PAF) onde consta que a gestão da DPFe para o biênio 2007-2008 será de natureza qualitativa, com o objetivo de consolidar a curva de juros externa por meio da construção e manutenção de pontos de referência (*benchmarks*) nos principais mercados de títulos, além de buscar a ampliação da base de investidores. Destaca-se que esta foi a captação soberana de menor custo já verificada no mercado de dólares desde o retorno da República a esse mercado após a renegociação da dívida externa, sinalizando a crescente confiança do investidor estrangeiro na solidez dos fundamentos da economia brasileira.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Abril 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Abril 2006/2007

Tabela A11 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Abril 2006/2007

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. RECEITA TOTAL	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3	44.716,8	46.788,6	42.710,6	57.611,4	52.058,0	43.184,5	47.696,3	54.939,8
I.1. Receitas do Tesouro	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5	34.186,8	36.352,6	32.100,4	40.036,7	42.523,7	32.613,4	37.026,6	44.231,0
I.1.1. Receita Bruta	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.474,7	41.965,5	43.083,3	32.720,5	37.399,9	45.122,3
- Impostos	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3	21.243,4	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3
- Contribuições	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8	17.545,9	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1
- Demais ¹	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.147,6	3.176,2	6.870,1	2.806,3	4.241,2	7.819,9
I.1.2. (-) Restituições	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3	-1.928,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3	10.419,9	10.314,5	10.414,5	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1
I.3. Receitas do Banco Central	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5	110,1	121,5	195,7	183,6	57,1	134,3	135,6	86,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6	6.749,3	6.453,2	9.357,3	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0
II.3. Transferências da Cide	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5
II.4. Demais	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7	37.967,5	40.335,4	33.353,3	48.325,7	43.924,5	34.291,6	40.047,5	46.369,5
IV. DESPESA TOTAL	27.119,3	30.708,0	30.376,5	34.376,6	31.281,2	37.465,8	33.210,4	33.549,8	53.920,3	32.105,1	30.735,8	36.043,5	31.869,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5	8.482,9	8.414,8	9.208,6	12.984,7	10.223,0	8.829,4	9.768,9	8.394,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7	18.986,5	13.357,8	13.301,2	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7
IV.3. Custeio e Capital	7.777,3	10.173,8	9.510,0	11.410,6	10.180,7	9.797,2	11.257,0	10.801,3	21.157,3	8.599,8	8.446,1	10.816,9	9.787,5
IV.3.1. Despesa do FAT	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	355,2	596,8	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	331,4	351,4	457,9	383,2
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	143,1	251,4	359,1	219,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	257,2	177,3	10,7	91,4	227,4	186,1	131,3	194,4	176,4	188,4	100,0	98,8	163,4
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.641,5	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.079,9	7.570,0	8.025,6	8.095,1	14.682,5	6.364,5	6.227,3	8.155,5	7.243,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5	50,1	52,8	72,8	111,8	-6,7	74,9	64,4	28,8
IV.5. Despesas do Banco Central	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8	149,2	127,9	165,8	220,7	115,8	153,1	167,9	171,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	14.726,0	2.943,8	6.072,0	3.022,9	6.346,5	501,7	7.124,9	-196,5	-5.594,6	11.819,5	3.555,8	4.003,9	14.499,8
V.1. Tesouro Nacional	17.352,5	6.266,8	9.301,9	6.465,8	9.469,2	9.107,3	10.174,6	2.660,4	-3.502,7	15.574,2	6.370,3	8.727,6	17.449,6
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6
V.3. Banco Central ⁶	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-85,1
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	179,3	284,5	259,6	258,6	307,5	234,6	182,3	81,2	56,3	97,9	258,8	258,2	213,1
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.406,5	-82,6	545,5	319,5	573,7	-671,6	459,4	39,3	-224,9	-112,0	-1.154,7	-348,9	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	7.227,6	64,6	7.766,6	-76,0	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	3.913,2	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	-12.964,8	-8.056,2	-10.272,7	-8.151,2	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	-5.737,2	-7.991,5	-2.506,1	-8.227,1	-13.315,0	673,2	-4.999,4	-7.503,9	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3
RMV ⁴	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	41.830,1	47.217,4	46.993,6	43.988,0	46.982,5	47.837,9	46.237,0	50.086,3	66.730,8	41.189,9	48.277,2	47.698,7	53.270,7
I.1 - Recolhimento Bruto	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1
I.5 - Receita do Salário Educação	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.754,3	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.436,9	11.797,5	11.016,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6
II. DESPESAS	47.470,9	47.514,7	49.308,6	54.486,0	49.391,4	47.797,3	48.980,3	60.035,7	58.705,9	50.423,3	44.660,9	51.600,0	46.608,7
II.1 - Liberações Vinculadas	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7	8.198,9	8.356,3	10.751,4	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0
II.1.4 - Outras Vinculações	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5
II.2 - Liberações Ordinárias	37.268,5	37.408,4	39.620,6	45.789,3	39.921,6	39.598,4	40.624,0	49.284,4	48.041,4	40.858,0	34.596,4	43.056,4	36.329,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.642,0	8.143,3	10.342,4	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	9.989,5	8.524,8	9.743,4	8.317,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8
i) Dívida Contratual Interna	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9
ii) Dívida Contratual Externa	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.742,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.672,5	6.637,9	7.836,4	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,1	6.593,6	8.278,1	7.256,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	266,0	555,1	438,1	294,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-5.640,8	-297,4	-2.315,1	-10.498,1	-2.408,9	40,5	-2.743,3	-9.949,5	8.024,9	-9.233,4	3.616,3	-3.901,3	6.662,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8	31.252,8	41.246,8	44.885,5	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2
V. DESPESAS	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8	15.416,8	38.095,4	25.762,7	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8
V.1.2 - Dívida Contratual	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6	17.457,5	4.220,3	18.501,2	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-49.086,0	-28.880,3	36.487,3	-25.455,6	10.098,1	27.141,6	-2.356,8	7.811,5	38.616,5	-12.328,4	35.818,9	4.699,1	3.420,1

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOUREIRO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1	17.340,5	22.485,1	12.238,2	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3
I.1. Emissão de Títulos	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0	6.075,3	25.250,0	13.600,0	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0
II.1. Resgate de Títulos	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0
II.2. Encargos da DPMF	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0
III. RESULTADO (I - II)	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	162,8	219,7	118,4	44,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	150,0	324,5	120,0	0,0
IV. PRONAF	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	18,0
V. PROEX	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1
XI. FUNCAFÉ										0,0	0,0	0,0	0,0
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2
XIII. TOTAL	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	143,1	251,4	359,1	219,8

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. DÍVIDA INTERNA	377.511,9	377.159,0	390.586,8	378.992,4	408.779,2	428.279,5	428.632,7	453.347,8	467.630,4	443.919,0	478.670,7	498.847,6	506.897,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3
Dívida Bancária	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0
INSS	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5
Lei 7.976/89	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0
Bônus Renegociação	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8
Lei 8.727/93	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1
Lei 9.496/97	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9
Recebíveis das Estatais	-36.152,0	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7
Outros	-42.859,1	-42.075,1	-42.092,9	-42.278,4	-41.730,7	-41.237,9	-41.327,8	-41.690,8	-41.831,3	-41.867,3	-41.294,9	-41.289,5	-41.498,3
Fat	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3	-134.396,7
Demais Entidades	-48.015,3	-48.762,4	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.036,4	-56.334,4	-56.801,3
Créditos das Operações Oficiais	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3
Arrecadação a Recolher	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.269,4
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5
Dívida Mobiliária	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9
Títulos Depositados em Garantias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0
Disponibilidades	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	513.225,4	529.231,9	530.515,6	519.624,7	544.438,0	567.239,0	566.441,2	593.554,7	606.580,2	580.968,0	615.972,1	631.123,9	638.147,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,4%	23,9%	23,9%	23,2%	24,1%	25,0%	24,7%	25,7%	26,1%	24,9%	26,2%	26,7%	26,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	459,2	412,7	409,4
Brazil Investment Bond (BIB)	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	459,2	412,7	409,4
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4	108.602,2	107.897,3	109.314,6	108.569,3	107.070,6	107.193,0	103.636,7	103.164,5
A-Bond	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	9.550,1	8.879,4	8.807,9
Euro 2006	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.697,5	1.658,5	1.681,2
Euro 2009	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.243,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	735,4	718,5	728,3
Euro 2010	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.187,4	1.160,1	1.176,0
Euro 2011	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5
Euro 2012	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5
Euro 2015	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.242,8	2.191,1	2.221,2
Eurolibra 2007	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	585,6	568,0	572,8
Eurolíra 2017	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.085,8	1.060,9	1.075,4
Global 2007	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	2.031,4	1.966,3	1.950,5
Global 2008	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.334,1	3.227,4	3.201,5
Global 2009	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.701,0	2.598,2	2.577,3
Global 2010	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.946,4	2.811,1	2.788,5
Global 2011	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.603,4	1.521,3	1.509,1
Global 2012	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.449,2	2.482,2	2.355,7	2.348,5	2.191,3	2.173,7
Global 2013	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.640,2	2.555,7	2.535,1
Global 2014	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.485,9	2.406,4	2.387,0
Global 2015	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.448,2	4.305,8	4.271,2
Global 2017								3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	3.022,5	4.066,0
Global 2019	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	2.983,3	2.959,3
Global 2020	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.610,0	1.558,4	1.545,9
Global 2024	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.677,7	5.632,0
Global 2025	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.766,0	4.474,0	4.438,0
Global 2027	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.277,7	7.032,4	6.975,8
Global 2030	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.153,6	2.048,8	2.032,3
Global 2034	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.714,5	5.449,6	5.405,7
Global 2037	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.295,6	5.102,0	5.061,0
Global 2040	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.924,2	10.359,3	10.275,9
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022						1.600,0	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028											1.500,0	2.250,0	2.250,0
Marco Alemão 2007	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-
Marco Alemão 2008	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	922,0	900,7	913,1
Samurai 2007	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.111,1	1.080,1	-
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4
V. TOTAL (I+II+III+IV) (*)	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,2%	6,9%	6,3%	6,3%	6,0%	6,1%	6,0%	6,1%	6,0%	5,9%	5,8%	5,6%	5,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
 (incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8	105.775,6
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9
Eurolíra 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	141.102,8	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,2%	6,2%	6,2%	6,0%	6,0%	5,7%	5,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5	1.461.032,5
I. Dívida em Mercado	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3
Dívida Securitizada	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6
TDA	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1
LTN	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8
LFT	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1
LFT-A	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8
LFT-B	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0
NTN-A	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7
NTN-B	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8
NTN-C	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1
NTN-D	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6
NTN-F	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1
NTN-I	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0
NTN-P	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5
CFT-A	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8
CFT-D	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9
Demais	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2
II. Dívida com BACEN	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1	294.805,4	293.076,7	292.958,6	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2
LTN	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5
LFT	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0
NTN-D	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8
Demais	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8
Dívida em Mercado/PIB	45,6%	45,1%	45,7%	45,2%	45,9%	46,7%	46,5%	47,2%	47,4%	46,9%	48,0%	48,7%	48,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Abr/2006	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2007
I. INTERNA	-170.489,3	-171.722,1	-175.305,5	-177.315,1	-178.170,4	-179.203,2	-181.014,8	-183.329,4	-184.302,3	-187.779,9	-189.299,7	-190.304,7	-191.198,1
Dívida contratual	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	216,9	209,4	194,1
FAT	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3	-134.396,7
Aplicações financeiras	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9
Fundos Regionais	-29.944,1	-30.401,3	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.210,7
Demais	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9
II. EXTERNA	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4
Disponibilidades	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-170.809,2	-172.091,9	-175.618,1	-177.643,5	-178.470,9	-179.500,3	-181.353,5	-183.677,1	-184.548,7	-188.059,2	-189.587,4	-190.584,2	-191.483,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,8%	-7,8%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-7,9%	-8,0%	-8,1%	-8,1%	-8,0%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ ABRIL 2006/2007 - ÓTICA DO DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.016.599,9	193.390,4	94.626,5	93.330,6	107.409,3	957.984,7	694.417,8	203.054,5	100.893,6	88.066,2	48.109,7
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.313,0	561,8	510,5	510,5	37,6	2.386,3	2.316,3	739,3	580,2	570,2	8,1
Advocacia-Geral da União	80.606,3	23.615,6	19.735,6	17.862,4	10.211,1	120.605,2	100.008,8	26.755,1	17.737,1	17.563,6	5.962,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.779,8	144.691,4	120.694,5	105.576,2	69.191,4	937.072,0	698.072,7	225.099,6	156.630,1	137.863,4	57.845,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.237.831,0	369.359,5	313.400,5	265.875,6	171.837,1	2.712.257,3	2.306.445,1	687.929,4	484.465,7	320.727,7	222.654,2
Ministério da Fazenda	1.829.159,4	332.609,8	294.624,0	275.696,3	47.134,3	2.206.335,0	1.976.823,7	610.263,5	326.180,2	323.463,3	113.421,4
Ministério da Educação	7.175.308,8	1.642.587,1	1.151.865,3	1.026.233,9	710.346,6	8.103.908,5	7.972.538,0	3.225.551,9	1.236.416,8	1.202.653,0	908.117,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	449.918,3	122.587,5	101.834,9	101.589,1	13.804,8	483.217,3	446.480,5	157.245,6	121.767,6	121.420,7	18.589,9
Ministério da Justiça	867.725,4	147.996,5	123.223,6	121.035,5	103.456,7	1.157.521,7	877.563,1	267.274,6	185.509,1	177.343,2	57.029,7
Ministério de Minas e Energia	467.101,0	73.315,8	49.078,0	46.768,7	22.356,5	592.084,1	349.489,0	124.832,9	64.526,9	58.528,6	38.235,5
Ministério da Previdência Social	886.844,0	233.515,1	198.389,6	189.092,6	89.486,8	1.424.259,5	1.046.770,8	434.884,3	278.680,1	246.973,8	61.143,4
Ministério das Relações Exteriores	871.693,7	161.606,0	150.234,9	150.190,9	81.980,4	949.140,6	754.708,4	195.721,6	183.460,4	183.270,3	8.153,9
Ministério da Saúde	34.150.386,6	13.557.509,6	9.532.062,4	9.446.519,4	952.832,1	36.851.949,7	32.575.856,2	14.351.067,0	9.442.579,9	9.394.417,6	1.522.525,6
Ministério do Trabalho e Emprego	625.840,9	167.154,2	90.852,2	89.760,7	64.055,8	837.324,2	683.100,0	314.551,0	180.243,8	166.963,6	30.976,6
Ministério dos Transportes	781.864,1	98.832,3	57.595,7	53.011,8	49.905,8	871.479,6	592.045,1	154.772,0	57.941,6	55.249,9	92.744,1
Ministério das Comunicações	330.401,7	56.415,8	47.841,5	45.367,1	22.152,2	436.595,4	254.980,9	79.946,1	53.066,4	53.042,5	24.646,5
Ministério da Cultura	328.207,4	49.788,0	30.956,8	30.527,6	65.985,2	396.513,8	303.135,8	106.860,5	38.008,5	37.132,4	60.341,6
Ministério do Meio Ambiente	396.287,8	70.301,1	52.118,2	51.430,3	43.280,7	581.050,2	401.775,7	99.473,4	58.733,9	58.250,4	30.318,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	509.096,1	79.349,6	55.492,3	51.772,9	50.576,4	920.507,4	510.674,3	168.532,3	95.260,8	92.050,4	29.715,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	602.911,7	126.765,4	78.626,0	78.605,4	72.038,8	651.340,2	552.376,5	133.482,8	56.981,5	56.563,1	64.431,3
Ministério do Esporte	108.420,3	10.852,4	5.874,2	5.874,2	20.034,9	444.140,0	266.865,6	118.223,6	22.873,2	22.864,1	91.222,7
Ministério da Defesa	3.676.416,7	793.175,9	531.668,4	450.915,0	323.706,8	4.265.138,4	3.892.571,2	1.120.283,8	565.114,7	450.770,9	344.220,1
Ministério da Integração Nacional	285.359,1	51.769,4	28.382,2	27.776,4	37.178,3	290.093,9	201.466,4	85.664,8	25.335,4	24.207,6	31.091,1
Ministério do Turismo	234.573,2	48.639,8	19.013,7	18.978,8	29.123,1	377.301,9	227.166,0	88.237,6	24.622,6	24.596,5	31.894,9
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	8.086.354,8	2.814.441,6	2.414.453,9	2.413.138,1	68.244,9	10.522.498,6	10.372.276,3	4.231.844,3	3.179.334,1	3.178.577,2	95.774,5
Ministério das Cidades	406.193,9	100.489,1	64.082,0	58.859,4	29.846,5	441.177,1	313.163,2	114.267,6	64.163,5	54.580,9	32.136,0
Encargos Financeiros da União	371.900,0	62.119,1	44.330,3	39.919,1	29.807,5	394.700,0	379.738,9	187.467,0	56.591,3	56.199,0	36.610,6
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	48.319,1	16.684,5	16.653,6	16.653,6	4.044,3	119.371,4	67.871,4	18.389,7	18.360,4	18.360,4	7.181,9
Operações Oficiais de Crédito	65.094,0	16.254,4	4,4	4,4	-	56.894,0	46.710,2	56.710,3	13.992,0	13.992,0	-
TOTAL	67.654.508,0	21.566.378,4	15.688.225,7	15.272.876,4	3.290.065,8	78.104.847,5	68.867.407,8	27.589.126,0	17.110.051,2	16.636.262,3	4.065.102,9

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ ABRIL 2006/2007 - ÓTICA DO DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	78.986,8	-	-	-	29.438,2	163.938,0	80.217,9	2.345,2	1.064,9	1.054,7	30.351,7
Gabinete da Vice-Presidência da República	213,7	-	-	-	-	213,7	70,0	-	-	-	-
Advocacia-Geral da União	2.926,7	-	-	-	4.082,4	10.194,8	5.757,3	69,9	3,8	3,8	1.038,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	114.522,0	-	-	-	53.577,8	534.861,0	138.630,9	2.947,9	1.510,7	1.212,9	64.751,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	401.565,0	-	-	-	72.558,9	1.038.166,8	1.026.360,3	195.144,8	37.705,1	18.258,5	148.481,0
Ministério da Fazenda (3)	325.831,3	51,0	23,1	23,1	54.625,9	54.867,1	24.268,3	3.236,8	2.564,0	2.373,1	89.631,3
Ministério da Educação	836.706,7	-	-	-	355.517,7	1.579.161,4	1.061.507,5	40.329,7	11.839,9	8.425,3	365.881,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	30.436,6	-	-	-	5.871,4	97.059,1	23.625,3	258,0	34,1	34,0	22.398,1
Ministério da Justiça	436.404,6	-	-	-	102.850,1	815.618,5	543.179,0	60.871,2	29.327,8	27.244,7	94.165,3
Ministério de Minas e Energia	41.402,7	-	-	-	2.651,1	47.596,3	34.051,6	2.157,1	291,2	290,5	7.272,9
Ministério da Previdência Social	297.966,2	-	-	-	37.247,6	46.040,5	37.733,3	7.188,4	343,9	142,3	33.912,7
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	-	-	-	1.288,5	42.159,2	28.541,1	1.507,7	1.280,5	1.280,5	1.278,6
Ministério da Saúde	1.899.599,9	-	-	-	426.694,5	3.772.633,0	2.250.585,9	118.262,2	18.251,0	18.186,1	548.927,1
Ministério do Trabalho e Emprego	22.165,2	-	-	-	5.203,9	66.485,9	53.333,7	16.317,3	321,8	306,8	3.919,1
Ministério dos Transportes	3.937.509,8	-	-	-	899.254,4	7.374.130,0	5.519.353,5	1.672.609,8	41.954,0	22.834,4	909.756,7
Ministério das Comunicações	112.728,3	-	-	-	5.840,9	84.365,3	71.708,3	2.927,7	405,5	405,5	3.873,6
Ministério da Cultura	76.778,8	-	-	-	17.250,4	242.825,2	97.679,0	5.749,3	13,0	11,7	18.364,8
Ministério do Meio Ambiente	61.961,5	-	-	-	9.544,1	70.147,9	36.762,1	396,2	111,6	111,6	14.769,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	38.294,9	-	-	-	4.003,8	52.490,1	43.329,1	447,0	-	-	10.671,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.627.814,6	-	-	-	63.810,5	1.712.444,9	1.521.644,0	477.058,2	344.120,4	343.834,3	110.799,6
Ministério do Esporte	268.665,0	-	-	-	29.359,1	459.268,5	66.723,3	48.013,7	10.373,7	10.373,7	69.311,0
Ministério da Defesa	1.307.777,0	-	-	-	252.802,7	2.756.098,8	1.839.688,5	231.164,9	8.959,8	6.529,7	203.264,0
Ministério da Integração Nacional	1.316.284,7	-	-	-	269.346,7	1.802.095,8	616.211,7	79.522,5	2.684,2	2.614,8	156.116,6
Ministério do Turismo	82.693,5	-	-	-	24.281,1	1.366.760,5	172.834,0	78.429,1	1,7	1,7	43.844,2
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	123.622,5	-	-	-	10.361,9	241.300,5	123.527,8	545,0	8,3	8,3	31.767,6
Ministério das Cidades	670.321,9	-	-	-	152.334,3	3.220.274,3	1.001.302,5	57.848,1	6,5	0,5	139.750,2
TOTAL	14.152.686,3	51,0	23,1	23,1	2.889.798,2	27.651.197,0	16.418.626,1	3.105.347,5	513.177,2	465.539,4	3.124.298,1

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ ABRIL 2006/2007 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL *

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Total
CAMARA DOS DEPUTADOS	122.564.800	-	-	-	3.222.018	3.222.018	115.085.000	1.703.330	38.283	38.283	4.640.701	4.678.984
SENADO FEDERAL	100.933.700	-	-	-	4.637.663	4.637.663	126.845.615	9.911.345	785.627	785.627	12.225.705	13.011.332
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	39.082.458	-	-	-	781.528	781.528	53.646.711	2.532.166	202.077	202.077	2.740.888	2.942.965
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	30.994.146	-	-	-	5.885.987	5.885.987	61.489.308	13.597.687	299.369	84.384	7.210.716	7.295.100
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	9.867.526	-	-	-	5.790.438	5.790.438	8.999.577	980.983	24.078	23.449	1.822.100	1.845.549
JUSTICA FEDERAL	297.712.829	103.336.439	83.837.213	83.837.213	59.909.225	143.746.438	266.763.097	222.958.270	120.010.594	119.849.717	68.148.244	187.997.962
JUSTICA MILITAR	5.245.770	-	-	-	1.292.756	1.292.756	7.585.301	190.647	89.386	74.351	1.755.781	1.830.132
JUSTICA ELEITORAL	164.036.113	16.127.596	8.743	8.743	41.088.563	41.097.305	179.537.638	74.213.020	473.803	462.600	29.869.046	30.331.646
JUSTICA DO TRABALHO	214.915.895	-	-	-	83.197.682	83.197.682	212.429.031	20.719.526	2.103.578	2.072.324	58.943.600	61.015.924
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	46.292.500	-	-	-	14.774.484	14.774.484	45.918.000	1.492.025	230.261	230.261	6.601.621	6.831.882
PRESIDENCIA DA REPUBLICA ²	143.396.781	143.642	73.937	6.979.205	23.136.460	30.115.665	180.056.345	3.336.911	1.068.033	3.285.507	28.028.020	31.313.526
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	189.227.378	-	-	61.353	3.822.068	3.883.421	56.420.452	589.854	29.013	68.688	116.450.553	116.519.241
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	454.106.532	-	-	8.147.987	60.315.438	68.463.425	537.121.006	3.227.918	1.790.707	5.895.316	66.771.889	72.667.205
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.079.588.710	25.000.000	-	905.193	54.295.564	55.200.757	1.039.366.794	194.296.133	37.705.060	33.359.694	113.745.141	147.104.835
MINISTERIO DA FAZENDA ³	373.523.048	8.894.972	1.360.379	5.686.321	66.483.212	72.169.533	81.548.349	6.524.425	2.581.501	3.071.220	97.872.128	100.943.348
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.377.114.467	-	-	16.248.090	356.620.706	372.868.796	1.843.156.520	40.630.890	11.881.417	31.746.143	371.110.283	402.856.425
MINISTERIO DO DESENV. IND. E COMERCIO EXTERIOR	107.334.894	-	-	304.342	5.567.033	5.871.375	106.059.102	258.027	34.069	12.026.473	10.205.886	22.232.360
MINISTERIO DA JUSTICA	924.894.794	-	-	39.072.338	64.797.859	103.870.197	1.009.617.943	136.341.065	64.629.941	64.834.521	119.455.518	184.290.039
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	62.415.278	-	-	672.120	3.467.269	4.139.389	47.964.266	2.162.576	295.736	803.377	13.004.523	13.807.900
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	208.164.288	-	-	3.834	37.243.779	37.247.612	46.040.500	7.188.429	343.941	708.918	37.584.091	38.293.009
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	163.983.954	-	-	-	40.360.160	40.360.160	295.077.910	15.591.827	470.815	470.379	51.148.422	51.618.801
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	39.506.376	-	-	188.972	1.099.570	1.288.542	42.159.236	1.507.744	1.280.531	1.364.135	1.177.600	2.541.735
MINISTERIO DA SAUDE	3.352.129.809	-	-	30.666.320	376.315.793	406.982.113	3.797.524.877	118.556.046	18.250.972	43.331.913	503.470.720	546.802.634
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	29.947.846	-	-	1.754.499	3.049.453	4.803.952	66.485.893	16.317.294	321.808	946.219	5.975.953	6.922.172
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	6.410.976.670	350.826.370	1.926.852	73.518.141	849.924.980	923.443.121	8.125.360.978	2.095.913.147	76.496.484	111.796.145	1.028.011.134	1.139.807.278
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	120.311.424	-	-	1.962.292	3.878.614	5.840.906	174.365.323	2.927.676	405.496	409.365	3.770.640	4.180.005
MINISTERIO DA CULTURA	149.269.603	-	-	1.182.999	15.674.477	16.857.476	242.825.226	5.749.256	13.003	401.656	17.758.899	18.160.555
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	131.181.714	15.974.863	1.806.000	4.712.709	8.621.624	13.334.333	95.250.215	660.619	111.637	3.458.654	12.081.403	15.540.058
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.312.909.341	-	-	17.223.609	51.316.582	68.540.190	1.827.277.906	476.778.232	343.840.428	363.421.557	91.056.473	454.478.030
MINISTERIO DO ESPORTE	572.903.496	60.000.000	-	7.418.813	20.980.840	28.399.653	601.768.494	128.721.081	49.068.241	58.612.290	58.397.773	117.010.063
MINISTERIO DA DEFESA	2.386.727.194	12.276.655	9.948	33.345.170	308.289.345	341.634.515	2.833.189.562	247.794.962	16.731.521	21.567.775	328.105.496	349.673.272
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.974.684.058	587.000	587.000	88.509.138	220.587.881	309.097.019	2.221.761.788	167.016.371	44.645.370	122.997.013	106.321.936	229.318.949
MINISTERIO DO TURISMO	1.310.069.071	-	-	1.210.001	23.031.143	24.241.143	1.366.760.500	78.429.090	1.700	28.614.825	38.193.903	66.808.728
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	203.600.940	-	-	2.596.260	5.789.803	8.386.063	241.898.970	544.962	8.309	26.621.923	5.276.617	31.898.540
MINISTERIO DAS CIDADES	3.324.207.681	21.055.761	-	45.746.668	106.723.797	152.470.465	3.330.568.023	116.348.071	6.534	24.749.733	186.104.980	210.854.713
TOTAL	28.433.821.084	614.223.298	89.610.072	471.962.329	2.931.973.792	3.403.936.121	31.287.925.456	4.215.711.606	796.269.893	1.088.386.512	3.605.038.384	4.693.424.896

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

³ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.